



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 16 de julho de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,33% São Paulo	127.769 10/7	R\$ 5,444 (+ 0,25%)	R\$ 1.412	R\$ 5,935	10,40%	10,42%	Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21
0,53% Nova York	129.321 11/7 12/7 15/07	9/julho 5,414 10/julho 5,412 11/julho 5,442 12/julho 5,431					

MERCADO FINANCEIRO

Aumento das apostas de vitória do republicano nas eleições dos Estados Unidos faz Dow Jones bater novo recorde e ajuda Ibovespa a registrar 11ª alta consecutiva. Divisa norte-americana ganha valor frente às moedas emergentes, inclusive o real

Efeito Trump embala alta de bolsas e dólar

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

Crescem as apostas no mercado financeiro de que o ex-presidente Donald Trump deverá retornar à Casa Branca, após a tentativa de assassinato contra o republicano, ocorrida no sábado. O novo cenário embalou as bolsas norte-americanas e a do Brasil e teve forte impacto no dólar, que se fortaleceu globalmente, além de um aumento da inclinação da curva de juros futuros. O Índice Dow Jones, por exemplo, subiu 0,53%, para 40.211 pontos, novo recorde histórico. As ações da Trump Media & Technology (DJT), negociadas em Nova York, dispararam mais de 30%, e fecharam com alta de 31,37% a US\$ 40,58. A Nasdaq, bolsa das empresas de tecnologias de Wall Street, fechou com alta de 0,40%.

O Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), subiu pela 11ª sessão consecutiva, acompanhando as bolsas de Nova York e encerrou o dia com alta de 0,33%, a 129.321 pontos. O dólar teve valorização de 0,25%, cotado a R\$ 5,444 para a venda. Foi a primeira vez que um candidato à presidência dos EUA sofreu um atentado desde 1981, quando o presidente Ronald Reagan foi baleado.

“O mercado dobrou a aposta de uma vitória de Donald Trump. Nas últimas semanas, com a fraqueza mostrada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em debate com o republicano, a opinião estava dividida sobre um novo nome poderia embaralhar a corrida eleitoral. O atentado aumentou a probabilidade do Trump contra qualquer candidato”, ressaltou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos. “Os operadores entendem que o dólar deverá se valorizar com a política econômica de Trump. A visão é de que o Biden gasta muito, e de forma descontrolada. Trump deve interromper isso”, acrescentou.

Paulo Henrique Duarte, economista da Valor Investimentos, avaliou que, em um primeiro momento, haverá aumento considerável nas perspectivas de vitória de Trump na eleição que se aproxima. “Podemos dar como exemplo até a



corrida presidencial que levou o ex-presidente Jair Bolsonaro à Presidência em 2018 (após o atentado). Esse aumento da perspectiva para Trump tem, sim, um impacto na economia”, destacou. Duarte lembrou que, no primeiro mandato de Trump, as bolsas de valores performaram bem, apesar de uma leniência da inflação. “Acho que, a curto prazo, o que a gente deve ver é uma alta nos juros futuros americanos, assim como a expectativa de inflação, o que, de certa forma, fortalece o dólar”, complementou.

Aumento do risco

Para André Colares, CEO da Smart House Investments, esse cenário tende a gerar uma maior aversão ao risco entre os investidores, o que pode fortalecer o dólar norte-americano e pressionar os mercados emergentes, incluindo o Brasil. “Para o Ibovespa, um favoritismo

crescente de Trump pode trazer volatilidade adicional, uma vez que os investidores estrangeiros podem optar por ativos considerados mais seguros nos Estados Unidos”, alertou. Segundo ele, essa movimentação pode resultar em uma saída de capital estrangeiro do Brasil. “Além disso, a perspectiva de uma política fiscal mais agressiva por parte de Trump, com cortes de impostos, pode aumentar a incerteza sobre a economia americana, influenciando as taxas de juros e, consequentemente, o fluxo de investimentos”, ressaltou.

No contexto brasileiro, a valorização do dólar pode exercer pressão inflacionária adicional, diminuindo ainda mais as chances de o Banco Central reduzir a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,50% ao ano, neste ano. “Um ambiente de maior aversão ao risco e fuga de capitais tende a elevar o custo de financiamento da dívida pública

e impactar negativamente a confiança dos investidores na economia brasileira. Portanto, é crucial monitorar os desdobramentos políticos nos EUA e suas implicações para a política monetária global e o mercado financeiro brasileiro”, acrescentou Colares.

A curto prazo, o impacto do dólar pode ser significativo, com uma possível valorização frente ao real devido ao aumento da demanda por ativos seguros em meio à incerteza, como analisou Fábio Murad, sócio da Ipê Avaliações. “No Brasil, o Ibovespa pode experimentar movimentos elevados, refletindo a incerteza global. No entanto, uma vez que a poeira assente, a percepção de uma continuidade de políticas favoráveis ao mercado pode estabilizar o índice. Além disso, a expectativa de uma política monetária mais rígida nos EUA pode influenciar a taxa de juros brasileira, como uma medida preventiva para

controlar a inflação e evitar a depreciação do real”, ponderou.

Ao ver de Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, as consequências em relação ao atentado de Trump não devem ser muito bruscas, o republicano já era favorito para vencer a eleição nos EUA. Para ele, o discurso de Trump é que vai determinar o comportamento do mercado daqui para a frente. “Se Trump tiver um discurso muito relacionado contra a imigração, como na primeira vez em que ele foi presidente, isso pressionar um pouco a inflação nos EUA, porque o país está com nível baixo de desempregados e, assim, deixar a curva de juros mais altos por mais tempo”, afirmou. “Porém, se o Trump amenizar o discurso contra a imigração, e a mão de obra disponível aumentar, porque lá muito é por estrangeiros, não deve assustar os índices aqui no Brasil”, acrescentou Eyng.

» IBC-Br de maio fica abaixo das expectativas

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, subiu 0,25%, em maio, na comparação com o mês anterior, conforme os dados divulgados, ontem. Em relação a maio de 2023, o indicador apresentou alta de 1,30%. O dado veio abaixo das expectativas dos analistas de mercado, que esperavam crescimento anual na casa dos 3%. No ano, a expansão é de 2,01%. Em 12 meses, o índice acumula avanço de 1,66%, abaixo da previsão atual do BC, que prevê avanço de 2,3% no PIB deste ano. Para Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, o dado mostra certa resiliência da atividade econômica. “A força do mercado de trabalho e a surpresa positiva com os resultados do PIB do primeiro trimestre poderiam levar a uma revisão na projeção de crescimento econômico este ano. No entanto, esses fatores foram compensados pela tragédia no Rio Grande do Sul, embora o impacto líquido sobre o PIB anual deva ser inferior ao inicialmente previsto, e o aperto recente das condições financeiras”, explicou. (RG)

CONGRESSO

Dívida dos estados fica para depois do recesso

» ÁNDREA MALCHER
» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o projeto de lei complementar que trata do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), o PLP nº 121/2024, será apreciado na primeira quinzena de agosto, no retorno do recesso parlamentar que se inicia nesta semana. Durante o fim de semana, o ministro Edson Fachin questionou sobre a dívida que Minas Gerais tem junto à União, que atualmente está em cerca de R\$ 165 bilhões. Segundo o senador, a previsão de votação foi dada “considerando o estágio avançado de discussão da matéria pelos poderes Legislativo e Executivo federal, juntamente com os entes federados”.

Em abril, o Supremo permitiu um tempo maior para que Minas pudesse quitar a dívida com a União e concedeu outros 90 dias, prazo que termina no próximo sábado (20).

Pacheco argumentou que, tendo em vista a tramitação do PLP 121/2024, que

trata da renegociação da dívida, e a previsão de votação, seria “adequada a pretensão do Estado de Minas Gerais de obter nova prorrogação do prazo de suspensão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) por prazo razoável”.

No ofício, Pacheco disse que o “programa pretende revisar os termos das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, com o objetivo de apoiar a recuperação fiscal desses entes federativos e permitir investimentos em áreas estratégicas” e que está organizado em oito eixos. “O impacto do PLP 121/2024 nos entes federados será significativo, uma vez que permitirá a reestruturação das dívidas, proporcionando maior flexibilidade financeira e possibilitando o emprego de recursos anteriormente destinados ao pagamento de juros para a realização de investimentos em áreas essenciais. O projeto ainda assegura a melhoria da saúde fiscal dos estados, evitando situações futuras de inadimplência, ao exigir a fixação de limites para o crescimento das despesas primárias e a prestação de contas regular, aumentando a responsabilidade fiscal e

Geraldo Magela/Agência Senado



Proposta do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) recebeu críticas até do governo de Minas

a transparência na gestão dos recursos públicos. E promove o desenvolvimento equitativo entre os entes da federação, reduzindo desigualdades regionais”, afirmou o parlamentar ao magistrado.

Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou ao STF uma manifestação em que defendeu que uma prorrogação no prazo para que Minas entre no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) fosse condicionada ao retorno do pagamento do débito com a União. O estado pediu ao Supremo, por sua vez, que o começo do pagamento fosse adiado até que o programa de

Pacheco fosse regulamentado ou até que o julgamento na Corte sobre o tema fosse retomado, previsto para 28 de agosto.

Fachin também pediu que o governador do estado, Romeu Zema (Novo), se manifestasse sobre o assunto. Zema afirmou que caso o prazo para quitar a dívida não seja ampliado, as contas públicas de Minas Gerais entrariam em colapso.

Ontem, após as respostas de Zema e Pacheco, Fachin concedeu um prazo de 48 horas para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre a dívida do estado mineiro, “com ou sem manifestação do Ministério Público”.

Semana esvaziada

O recesso parlamentar começa na quinta-feira (18) e, com isso, o Senado terá uma semana esvaziada e pautas sem consenso deverão ficar para agosto, com o PLP 121/2024. A principal, na pauta de hoje do plenário, é a que trata da reoneração gradual dos 17 setores da economia e municípios de até 156 mil habitantes, o PL 1.847/2024.

Com a relatoria do líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), a matéria não tem parecer protocolado até o momento, e, segundo ele, não deverá ser votada hoje. A nova discordância está na estratégia do governo de tributar 1% sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL), caso as medidas de compensação — exigidas pelo STF, após a judicialização do governo — não sejam capazes de equilibrar a renúncia da desoneração e da reoneração gradual. O governo deve ir ao Supremo para pedir pela prorrogação do prazo que acaba na sexta-feira.

“É uma proposta de gatilho, em caso de frustração de receita daqueles itens (sugestões de compensação). Pode ser zero, pode ser 1%, a depender do bolo que foi arrecadado. Mesmo assim, se necessário, por no máximo dois anos. Na verdade, o que a gente está fazendo é a conta da compensação de 2024 até 2027”, explicou o petista, após convencer com Pacheco, ontem, sobre o tema.